

Preâmbulo

Os documentos de prestação de contas consolidadas é uma obrigação legal que impende sobre os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas que devem apresentar contas consolidadas com entidades detidas ou participadas nos termos do art.º 75 da Lei n.º 73 /2013, de 3 de setembro.

O perímetro de consolidação do Município de Odivelas é constituído para além do próprio Município pelas seguintes entidades: Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos.

A prestação das contas consolidadas do Município de Odivelas no ano de 2014 sofreu alterações face a 2013, devido à extinção da Municpália, EM e à integração, no perímetro da consolidação, dos SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos.

Relativamente a esta última entidade todos os direitos e obrigações, posições e situações jurídicas titularidade/detidas pelos SMAS transitaram para os SIMAR de Loures /Odivelas, na proporção de 57 % para o Município de Loures e 43 % para o Município de Odivelas, conforme o Acordo de Gestão celebrado entre os dois Municípios.

No ano de 2014 cumpre-nos salientar alguns aspetos que se afiguram relevantes para o futuro do Município de Odivelas, nomeadamente a sua participação nos SIMAR, bem como a intenção de internalizar a empresa Odivelas Viva, SA, tendo por objetivo a extinção da parceria público privada.

Com efeito, e após anos de indefinição, foi possível concretizar o Acordo com o Município de Loures para a gestão conjunta dos SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos, sendo o Município de Odivelas detentor de 43 % e o Município de Loures de 57 %, assegurando-se a rotatividade na Presidência do Conselho de Administração.

Assim desde outubro que o Município de Odivelas tem assento no Conselho de Administração dos SIMAR e é parte ativa nas decisões em áreas fundamentais para a vida dos municípios de Odivelas, como o abastecimento de águas de consumo, no saneamento básico ou na recolha e transporte de resíduos sólidos.

Esta participação na gestão dos SIMAR é propiciadora de uma maior investimento e de uma acrescida qualidade nos serviços prestados e será um objetivo que continuaremos a prosseguir em 2015.

Relativamente à Odivelas Viva, S.A, e tal como tem sido referido em diversos momentos, é intenção desta Câmara Municipal proceder à internalização da empresa, como forma de garantir a propriedade dos equipamentos construídos ao abrigo da parceria público-privada, bem como garantir a gestão dos equipamentos na esfera pública.

Neste sentido foram encetados contactos com a Inspeção Geral de Finanças e com o Tribunal de Contas para se encontrar a melhor forma de concretizar esta intenção, tendo sido igualmente contactado o parceiro privado que se demonstrou recetivo a alinear a sua participação social (51 %) no capital da sociedade.

Esta situação a concretizar-se significará ainda uma diminuição dos encargos para o município, quer pela via de negociação das taxas de juro do empréstimo bancário, quer pela diminuição dos encargos de estrutura da própria empresa.

Estamos certos que com a estratégia que delineámos e que temos vindo a desenvolver, conseguiremos obter cada vez melhores resultados na gestão municipal, os quais se repercutirão na qualidade dos serviços prestados pela autarquia e na melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



(Susana de Carvalho Amador)

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS



CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Relatório de Gestão Consolidado



CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

- 01 NOTA INTRODUTÓRIA
- 02 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO
- 03 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO
- 04 EVOLUÇÃO DA GESTÃO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO
- 05 EVOLUÇÃO FUTURA DAS ENTIDADES INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO
- 06 ACONTECIMENTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO
- 07 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

01' NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no normativo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias adotou-se o estabelecido na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010 intitulada “ Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, complementada com o documento de instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios” providas do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL – e publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) no dia 28 de Abril de 2011.

02' PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 o Município de Odivelas detinha as seguintes participações:

Entidades Participadas	Valor €	% de participação
Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A	24.500	49 %
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	135.945	0,54%
SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA	1.354.500	3,5 %
SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos Sólidos	N.A	43 %

Em 31 de Dezembro de 2014 existia ainda uma participação de 100% na Municipália, E.M., a qual se encontra em processo de liquidação e, por esse motivo, foi considerada na consolidação pelo custo de aquisição, na rubrica 41 – Investimentos Financeiros.

O Grupo Municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Odivelas é constituído pelas entidades:

- Odivelas Viva, S.A
- SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos Sólidos

No que se refere às outras entidades, uma vez que se tratam de participações inferiores a 20% e atendendo ao facto de não serem materialmente relevantes, em conformidade com o ponto 5.5 da Portaria 474/2010, foram excluídas do perímetro de consolidação. Constan na rubrica de investimentos financeiros pelo respectivo custo de aquisição.

Face ao exercício de 2013, e em conformidade com o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Odivelas sofreu alterações, pelo facto de ser integrada uma nova entidade – SIMAR – pelo método proporcional, e não foi considerada a Municipália, E.M., pelo facto da mesma se encontrar em processo de liquidação.

03º CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas

Pelas deliberações das Câmaras Municipais de Loures e Odivelas, de 24 de setembro de 2014, e deliberações das Assembleias Municipais de Loures e Odivelas de 30 de setembro de 2014, foi aprovada a criação e o respetivo regulamento dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR).

Em 07 de outubro de 2014, foi publicado o Aviso nº 11181/2014, na 2ª Série do Diário da República, que cria os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR).

Transitaram para os SIMAR de Loures e Odivelas, todos os direitos e obrigações, posições e situações jurídicas tituladas e detidas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures.

De acordo com o regulamento dos SIMAR o controlo desta entidade passa a ser conjunto entre o Município de Loures e o Município de Odivelas, sendo os SIMAR gerido por um Conselho de Administração presidido alternadamente pelos Presidentes dos Municípios, composto por um Presidente e dois vogais, ao qual compete dirigir os SIMAR com vista à prossecução das atribuições definidas no regulamento.

O Acordo de Gestão celebrado entre o Município de Loures e o Município de Odivelas, estabelece que o Município de Odivelas é responsável por 43 % das perdas ou resultados positivos dos serviços intermunicipalizados.

Com esta alteração o Grupo Municipal de Odivelas teria de integrar no exercício de 2014 as contas dos SIMAR na proporção de 43%.

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 setembro) que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014 veio introduzir alterações ao nível da consolidação de contas, permitindo no n.º 6 do artigo 73.º a consolidação proporcional no caso dos SIMAR.

A missão dos SIMAR de Loures e Odivelas consiste em garantir o abastecimento público de água, conforme os padrões de qualidade legalmente estabelecidos para consumo humano, a recolha e drenagem de águas residuais, e a recolha e transporte de resíduos urbanos, nos Concelhos de Loures e Odivelas.

ODIVELAS VIVA, SA

A empresa Odivelas Viva, S.A. foi criada em 2009.

Tem como objeto social a conceção, construção, instalação, apetrechamento e conservação de estabelecimento do ensino básico, no Concelho de Odivelas, bem como a conceção, construção, instalação, apetrechamento, conservação e gestão de equipamento desportivo no Concelho de Odivelas.

A Câmara Municipal detém uma participação 49% do Capital Social Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A.

As suas demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o SNC, sendo contudo convertidas antes de entrarem no processo de consolidação para o referencial contabilístico da entidade-mãe – POCAL.

Essas reclassificações e ajustamentos estão detalhados no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, sendo os mais relevantes a reclassificação das Propriedades de Investimento para a rubrica de Edifícios e Outras Construções, bem como na aplicação das taxas de amortização de acordo com o CIBE.

04' DESEMPENHO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO**04'1 ODIVELAS VIVA**

A empresa tem como objeto a conceção, construção instalação, apetrechamento e conservação de estabelecimentos de ensino básico e equipamento desportivo no Concelho de Odivelas.

A sua atividade desenvolve-se, nos seguintes investimentos:

- Escola EB1/JI da Ramada, Casal dos Apréstimos;
- Pavilhão Multiusos de Odivelas.

Tiveram o seu início em 2009 e foram concluídos no final do ano de 2011, pelo que o custo das obras em causa foi contabilizado em "Propriedade de Investimento", não se tendo registado mais investimentos no ano de 2014.

Os contratos de arrendamento e de cessão de exploração tiveram o seu início em janeiro de 2012 e a respetiva continuidade em 2014, os rendimentos gerados foram contabilizados em "outros proveitos operacionais" e ascendem a 1.819.548€.

Os resultados operacionais são positivos em 1.418.150€, muito superiores aos verificados em 2013 (544.540€), resultam do facto da empresa ter alterado a estimativa relativa à vida útil das suas propriedades de investimento, tendo a amortização diminuído de 936.278 euros (2013) para os 86.407€ em 2014.

Os resultados financeiros negativos, no valor de 767.4594€, devem-se aos juros suportados com os financiamentos junto da CGD.

Tendo em conta os proveitos obtidos e os custos suportados, o exercício de 2014 regista um resultado positivo de 602.726€, muito superior aos resultados apurados em 2013, negativos em 236.135€.

04.2 SIMAR

A empresa tem como objeto garantir o abastecimento público de água, conforme os padrões de qualidade legalmente estabelecidos para consumo humano, a recolha e drenagem de águas residuais, e a recolha e transporte de resíduos urbanos, nos Concelhos de Loures e Odivelas.

No final de 2014 o número total de clientes era de 168.098, mais 82 clientes do que os registados no período homólogo.

A sua carteira de clientes é maioritariamente composta por clientes 'Domésticos' (91%), seguindo-se os 'não domésticos' (8%).

Dentro do grupo dos domésticos, existem clientes com tarifários especiais, designadamente com o tarifário social e com o tarifário familiar.

Em 2014 registaram-se aumentos de 64% e 17% no número de clientes com tarifário social e com tarifário para famílias numerosas, respectivamente, face a 2013.

O tarifário familiar é destinado às famílias numerosas cujo agregado familiar seja composto por 5 ou mais elementos.

A água que entrou no sistema de abastecimento foi 100% adquirida a 3 entidades:

- EPAL – 99,5%
- SMAS de Sintra e à BeWater de Mafra – 0,5%

Do volume de água adquirida (2014:26.359.342 m3), cerca de 63% é facturada e 37% não facturada.

Verifica-se uma redução de 8% na água não facturada face a 31 de Dezembro de 2013. A água não facturada tem-se vindo a reduzir nos últimos anos em resultado das medidas tomadas, designadamente:

- Remodelação da rede de abastecimento
- Renovação do parque de contadores
- Actividade de controlo mais activa de perdas

Os SIMAR possuem Laboratório acreditado onde são realizadas diariamente diversas análises para controlo da qualidade da água.

Em 2014 foram efectuadas 51.141 análises, em conformidade com o estabelecido no programa de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR, e no Programa de Controlo Operacional.

Em 2014 os SIMAR foram distinguidos com o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano da ERSAR.

Quanto à gestão e manutenção do sistema de abastecimento, o mesmo é efectuado pelo sistema de Telegestão, composto por um total de 49 unidades locais, incluindo 21 estações elevatórias, 10 estações de tratamento de água (ETA), 64 grupos electrobomba e 56 reservatórios que totalizam 88.033 m3 de capacidade.

Em complemento a este sistema, de destacar o software de monitorização de redes TAKADU, adquirido em 2013, no âmbito do projecto de combate às perdas de água, o qual tem contribuído para a detecção precoce de fugas e roturas através de alertas, permitindo uma actuação mais célere.

Quanto à drenagem de águas residuais, o nível de cobertura do serviço é de 98%, taxa que se situa acima da preconizada no PEAASAR 2007/2013.

No final de 2014 encontravam-se cadastrados cerca de 1.346 km de colectores e 8.981 ramais.

Para a recolha indiferenciada e selectiva de resíduos, em 2014 encontravam-se em actividade 64 viaturas, não incluindo as viaturas que efectuaram outros trabalhos nomeadamente a recolha de monos e a limpeza de lixeiras.

Em 2014 a recolha de resíduos indiferenciados representou cerca de 87% da quantidade total de resíduos recolhidos, seguindo-se a recolha selectiva que correspondeu a cerca de 8%, a recolha de monos 4% e a recolha de resíduos de estaleiros 1%.

O aumento da rede de ecopontos localizados na via pública em 2014 permitiu baixar a taxa de habitantes por ecoponto para 330, menos 12 habitantes/ecoponto que no final do ano de 2013 que era de 2013.

A quantidade de resíduos orgânicos recolhidos selectivamente e enviados para valorização em 2014 foi de 1.798 toneladas, que representa um aumento de 13% face ao ano anterior.

Em termos de consumos de água, em 2014 registou-se um total de consumo facturado de 16.483.028 m3, menos 2% que o período homólogo.

Esta redução é o reflexo da diminuição do número de clientes associado aos hábitos de consumo, que têm vindo a ser alterados.

Os consumos destinados a regas de zonas verdes e bairros sociais, num total de 511.912 m³, continuam a ser facturados por inferência a estimativas, o que se pretende alterar num futuro próximo.

Da análise às contas individuais dos SIMAR, registam-se dívidas vencidas de 23.523.252 euros, menos 2% que os dados de 2013 nos Serviços Municipalizados de Loures (SML).

Esta redução está suportada pela diminuição das dívidas das Autarquias Locais.

Mais de metade da dívida vencida (60%) é relativa a clientes 'domésticos', seguindo-se os 'não domésticos' com 21%.

Em 2014 foram formalizados 4.142 acordos de pagamento em prestações, que corresponde a um total de dívida de 2.257.070 euros.

Os SIMAR contavam em 31 de Dezembro de 2014 com 931 trabalhadores, menos 41 que em 31 de Dezembro de 2013 (SML).

Os trabalhadores com maior representatividade são os assistentes operacionais (66%), seguindo-se 21% de assistentes técnicos.

Os SIMAR possuem 3 balcões de atendimento – Loures (edifício sede), Moscavide (instalações municipais) e Odivelas (loja do cidadão).

Relativamente aos atendimentos, num total de 186.397, o balcão de Odivelas sito na Loja do Cidadão, foi o que registou maior afluência (68.244 atendimentos por senha).

Em termos de investimentos, os compromissos assumidos que constam do Plano Plurianual de Investimentos até ao final de 2014 foi de 3.847.324 euros, tendo sido pagos 66% daquela valor.

Dos investimentos realizados em 2014 destacam-se a aquisição de 19 viaturas ligeiras (10 comerciais, 5 de passageiros e 4 de mercadorias), de 3 máquinas retroescavadoras para reforço dos meios de piquete e de equipamento informático e de software.

De referir também a realização de empreitadas de construção de novas infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, bem como na aquisição de contadores de água e de equipamentos de deposição de resíduos e a retirada e colocação de parques para instalação de novos contentores de resíduos.

Em termos de análise financeira, o activo líquido no final de 2014 ascendia a 58,9 milhões de euros, menos 4% que no ano anterior, em resultado da diminuição do activo imobilizado e das dívidas de curto prazo, muito embora as disponibilidades tenham registado um aumento.

No que se refere ao Passivo, verificou-se uma diminuição da ordem dos 13% pois, com excepção da rubrica de provisões (que aumentou 422 mil euros), todas as outras rubricas tiveram um decréscimo.

Destas rubricas sobressai a de acréscimos de custos, por força da regularização de valores que se encontravam por facturar por parte da Câmara de Odivelas, no que se refere à cobertura dos custos do sistema de águas residuais.

Em 2014 registou-se a liquidação integral do empréstimo que os SIMAR detinham.

O aumento de 2% dos Capitais Próprios estão justificados pelo aumento de 568 milhares de euros em reservas livres – investimento e do resultado líquido do exercício de 2014.

Em termos de performance económica, os SIMAR encerraram o exercício de 2014 com um resultado líquido positivo de 660 mil euros, justificado por:

- Redução dos custos com pessoal
- Redução dos FSEs
- Decréscimo do custo da mercadoria vendida e consumida

Este resultado líquido, decomposto por área de actividade, permite verificar que as explorações de abastecimento de água e resíduos urbanos são positivas, sendo negativa a relativa à exploração de águas residuais.

Esta actividade mostra-se deficitária pelo facto dos custos de tratamento em alta serem elevados (na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 2013-01-24, onde ficou estabelecido que os serviços deveriam suportar a totalidade dos custos debitados pela SIMTEJO, ao invés de uma percentagem das receitas cobradas pelos SIMAR através da tarifa de águas residuais).

04.4 MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2014, a Câmara Municipal de Odivelas contava com 1171 colaboradores, verificando-se uma diminuição em termos absolutos de 25 trabalhadores face a 2013 (1196 trabalhadores).

Ocorreram 66 situações de admissões ou regressos, em que destes, 56 sucederam, por procedimento concursal, cedência de interesse público - sequência do processo de internalização da Municipália E.M., e mobilidade interna.

Em contrapartida ocorreram 91 saídas devidas essencialmente de caducidades de contratos de trabalho em funções públicas por tempo certo e aposentações.

04.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita

O Município de Odivelas registou em 2014 uma taxa global de cobrança de 76,8%, para a qual concorre a execução de 102,7% ao nível das receitas correntes e de 5,4% nas receitas de capital. A reduzida cobrança desta última grandeza deveu-se, essencialmente, ao facto de não ser ter efetuado a cobrança de um valor de cerca de 18,3 milhões de Euros, relativo a ação judicial instaurado ao Estado e que visa o ressarcir o Município de Odivelas dos seus custos de "instalação".

Em termos de estrutura da receita, segundo a sua classificação económica as receitas de natureza corrente pesam cerca de 98,48%, representando as receitas de natureza de capital os restantes 1,6% do total da receita cobrada.

As receitas correntes, pela sua natureza, desempenham um papel consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia. Dentro destas, os Impostos Diretos são responsáveis pela arrecadação de 43,1% do total da receita, salientando-se também as Transferências (correntes e de capital) que representam no seu conjunto cerca de 32,7%, na estrutura da receita.

Verifica-se que, de 2012 para 2014, a receita cobrada variou positivamente em 5,3 pontos percentuais, sendo que de 2013 para 2014 a variação voltou a ser positiva, registando um incremento de 12,6 p.p.. Em termos nominais, de 2012 para o ano em análise, a receita arrecada cresceu cerca de 3,2 milhões de euros, sendo que de 2013 para 2014, voltou-se a assistir a um crescimento na arrecadação de receita, com um resultado em 2014 superior em cerca de 7,2 milhões de euros.

Se a análise for efetuada tendo em conta a natureza da receita verifica-se que, de 2013 para 2014, as receitas correntes registaram um acréscimo, de 16,8% e as receitas de capital um quebra de 65,6%, muito embora seja de destacar o comportamento das primeiras, pelo seu peso relativo (98,4%) na estrutura da receita.

Despesa

A despesa apresenta um grau de execução orçamental global de 75,9%. Para esta grandeza concorrem as despesas correntes com uma execução de 85,0% e as despesas de capital com uma execução de 50,6%.

Se ao invés do executado, focarmos a análise no realizado (faturação processada), verifica-se a existência de um montante na ordem dos 12,0 m.e. (milhões de euros) por pagar.

Relativamente às taxas de execução da despesa é de referir que a despesa cabimentada atingiu os 87,8% (cabimentos/dotações corrigidas), a despesa assumida 95,9% (compromissos/cabimentos) e a execução financeira alcançou os 90,1% (pagamentos/compromissos). Saliente-se o facto de existirem cerca de 7,0 milhões de Euros de compromissos assumidos e não pagos.

O agrupamento da Aquisição de Bens e Serviços foi o mais representativo do total dos agrupamentos da despesa, tendo uma execução de cerca de 23,8 milhões de euros, para as quais muito contribuiu os valores pagos relativos ao tratamento de águas residuais (SIMTEJO) e ao fornecimento de água (SMAS).

Em relação à empresa SMAS Loures, a mesma foi extinta e criada a empresa SIMAR (Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odívetas), da qual o Município de

Odivelas detêm uma participação de 43%, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com o n.º 2 e 5 do artigo 8.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação das Assembleias Municipais de Loures e Odivelas, ambas de 30 de setembro de 2014, tomadas nos termos do disposto nas alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 8.º da mencionada Lei n.º 50/2012, com publicação no Aviso n.º 11181/2014, da 2.ª Série do Diário da República, de 7 de Outubro.

Seguem-se as Despesas com Pessoal, com uma execução na ordem dos 22,7 milhões de euros,

Destaque também, para o agrupamento da Aquisição de Bens de Capital (investimento) que registou uma execução a rondar os 2 milhões de euros, ou seja, 3,1% dos recursos municipais reverteram no aumento de capital fixo.

A taxa de execução orçamental da despesa verificada em 2014 é superior em 10,9 pontos percentuais, comparativamente à alcançada no exercício de 2013 e superior em 9,3 p.p., face ao mesmo período de 2012.

Num total de orçamento inferior em cerca de 2,0 m.e., relativamente ao ano de 2013, o que representa uma redução de 2,4%, assistiu-se, igualmente por comparação com o mesmo período de 2013, a um ligeiro crescimento do total cabimentado e comprometido, em 1,6% e 5,1%, respetivamente. Relativamente a pagamentos o Município de Odivelas teve capacidade de tesouraria de liquidar mais 7,8 m.e., face a 2013.

Na composição das despesas correntes, o peso das rubricas de Despesas com Pessoal e de Aquisição de Bens e Serviços, representaram no seu conjunto cerca de 72,4% do total executado no ano de 2014. Realça-se ainda para o serviço da dívida bancária (juros e amortizações) que atingiu o valor de 5,1 milhões de euros, representando desta forma 7,9% do total pago.

De relevar, também, para uma execução a rondar os 8,3 m.e. nos agrupamentos de Transferências, ou seja, importâncias entregues a organismos e entidades para financiar despesas de natureza corrente e de capital, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia (correntes e capital), sendo que dentro destas destaca-se um valor de cerca de 4 milhões de euros, relativo aos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho, representando desta forma 6,2% do total pago.

04.4.2 DESEMPENHO PATRIMONIAL

O Município de Odivelas terminou o ano de 2014, com um Ativo Líquido valorizado em 196.000.092,06 Euros, verificando-se um aumento de 7.847.444,66 Euros, comparativamente ao ano de 2013, influenciado pelo processo de validação dos terrenos e infraestruturas classificados em bens de domínio público, cujo efeito desta situação tem como contrapartida a conta de Fundos Próprios – Resultados Transitados.

Por outro lado também se deveu à constituição do Fundo de Apoio Municipal decorrente do cumprimento da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

Desta forma, o acréscimo dos Fundos Próprios, em 15.704.357,47 Euros, deve-se sobretudo aos seguintes movimentos:

- Incremento por via dos Resultados Líquidos de 2014, no valor de 1.820.467,16 Euros;
- Incremento relacionado com o processo de validação dos terrenos e infraestruturas, no valor de 13.883.890,31 Euros.

Esta situação coloca em causa a comparabilidade de alguns dos rácios e justificações apresentadas no relatório.

Salienta-se o facto de o Município de Odivelas demonstrar uma capacidade de gerar resultados líquidos positivos, tendo em análise comparativa com o ano anterior, assistido à diminuição do seu valor em 3.924.222,44 Euros.

Esta diminuição deveu-se a:

- Aumento das amortizações do exercício decorrente do processo de validação dos terrenos e infraestruturas;
- Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos, essencialmente consumo de água (decorrente de ter sido anulada a dívida em 2013).

O Passivo Total regista um decréscimo de 10,9%, face ao exercício de 2013, fundamentado, essencialmente, pela diminuição verificada ao nível do exigível de curto prazo e dos Empréstimo de Médio e Longo Prazo, que registaram uma variação negativa de 14,5% e 19,1%, respetivamente.

Na análise da estrutura do Ativo, constata-se que 183.907.642,29 Euros, ou seja, 93,8% do Ativo total é referente ao Imobilizado Líquido.

O Imobilizado Corpóreo obteve um decréscimo residual de 1,5 pontos percentuais, em relação a 2013, o que significa que este tipo de investimento decresceu mais do que proporcionalmente comparativamente às amortizações do exercício, representando a maior parcela do Ativo, ao absorver 66,2% do seu total. Seguem-se os Bens de Domínio Público e os Investimentos Financeiros, que representam 26,8% e 2,5%, respetivamente.

Relativamente ao Ativo Circulante e comparativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de 24,0%, que se deveu sobretudo à diminuição verificada em Dívidas de Terceiros – Curto Prazo em 25,1% e dos Acréscimos e Diferimentos em 50,6%, face a 2013. Em sentido contrário registo para as Disponibilidades que verificou um acréscimo de 16,3%, totalizando 5.064.150,91 Euros, dos quais 5.061.619,27 Euros eram constituídos por depósitos em instituições bancárias e 2.531,64 Euros por valores em caixa.

Em termos de saldo para o ano seguinte, 890.708,45 Euros dizem respeito a operações de tesouraria, constituindo os restantes 4.173.442,46 Euros, o Saldo de Gerência Orçamental para o ano de 2015.

Relativamente, aos Acréscimos e Diferimentos é conveniente esclarecer que obteve uma diminuição de 50,6%, face a 2013, derivado da aplicação do princípio contabilístico da especialização em 2013 relativo a receita referente à tarifa de águas residuais e taxas de recursos hídricos referentes aos meses de junho a dezembro de 2013, em 2014 foram emitidas guias de receita para a totalidade das receitas.

No que concerne ao Passivo exigível, assinala-se o decréscimo de 19,1%, em relação a 2011, verificado ao nível do de Médio e Longo Prazo, fixando-se assim em 20.999.756,73 Euros, em resultado das amortizações de capital efetuadas durante o ano.

No mesmo sentido, regista-se um decréscimo de 14,5%, das Dívidas a Terceiros – Curto Prazo, que ascenderam a 12.666.472,27 Euros, traduzindo-se, em termos absolutos, numa diminuição de 2.146.126,06 Euros, face ao exercício de 2013. Importa ainda salientar que do total exigível a curto prazo, 220.943,83 Euros são referentes a obrigações perante Fornecedores de Imobilizado, pelo que poder-se-á falar em geração de formação bruta de capital fixo.

Assim, em 31 de dezembro de 2014, a dívida global do Município de Odívetas avulta em 33.666.229,00 Euros, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 62,4% e de curto prazo 37,6%.

Deste modo, verifica-se que a dívida global do Município de Odivelas diminuiu cerca de 7,0 milhões de Euros, de 2012 para 2013 e mais 7,1 milhões de Euros, de 2013 para 2014, ou seja uma redução percentual de 14,6 e 17,4 pontos, respetivamente. Retira-se do acima exposto que o Município conseguiu solver, nos últimos 3 anos, 21,1 milhões de euros ao total da sua dívida.

04.4.3 DESEMPENHO ECONÓMICO

A atividade do Município de Odivelas em 2014, gerou um Resultado Líquido do Exercício, no montante de 1.820.467,16 Euros, induzido por um total de Proveitos e Ganhos de 61.189.701,13 Euros e de Custos e Perdas incorridas no valor de 59.369.233,97 Euros.

No que se refere aos Resultados Operacionais, o Município encerra, o ano de 2014, com um valor de negativo em 372.232,36 Euros, o que significa que a atividade operacional não gerou fluxos suficientes para fazer face aos custos operacionais. O que significa que em termos evolutivos, assistiu-se a um acréscimo de 4,7%, dos custos operacionais, conjugado com um acréscimo menor dos proveitos da mesma natureza de 0,8%, face a 2013.

Os proveitos operacionais representaram assim, em 2013, 87,0% do montante global dos proveitos. De igual modo, do lado dos custos, são os operacionais, os que mais pesam na sua estrutura, representando 93,2%, do seu total.

Os proveitos operacionais representaram assim, em 2013, 86,3% do montante global dos proveitos. De igual modo, do lado dos custos, são os operacionais, os que mais pesam na sua estrutura, representando 89,6%, do seu total.

Relativamente às Amortizações do Exercício, há um acréscimo significativo face ao ano de 2013 decorrente do facto de terem sido efetuadas diversas regularizações ao Património (aumentos), que tiveram um impacto direto no apuramento das amortizações do exercício.

Os Custos e Perdas Financeiros apresentam um acréscimo de 115,4%, face a 2013, justificado pelo reconhecimento da perda por imparidade referente à participação na Municipália e OdivelasViva.

Registo também do lado dos Custos e Perdas Operacionais, para os Fornecimentos e Serviços Externos que registaram aumento de cerca de 2,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 10,5%, comparativamente ao ano anterior.

Do lado dos Proveitos, assiste-se a um acréscimo do valor dos Impostos e Taxas e das Vendas de Bens e Serviços que variaram positivamente 0,4% e 39,1%, respetivamente. Por outro lado as Transferências e Subsídios Obtidos viram o seu valor reduzir, registando um decréscimo de 2,3%, face a 2013.

Em 2014, os resultados financeiros positivos de 5.265.783,25 Euros, exercem sobre o resultado líquido do exercício um efeito positivo. Este facto resulta do registo de Rendimentos de Imóveis, resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º437/2001, de 28 de abril e das receitas de águas residuais (Tarifa fixa - Conceito 21 e Tarifa variável – Conceito 26) cobradas aos municípios de Odivelas.

04.4.4 FLUXOS DE CAIXA

Os resultados dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2014 são entradas de fundos que corresponderam a 69.985.631,01 Euros, sendo que 65.176.851,91 Euros são provenientes de receitas orçamentais e 4.808.779,10 Euros são resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a despesa global mais operações de tesouraria (69.277.196,16 Euros) inferior em 708.434,85 Euros à receita efetivamente cobrada mais operações de tesouraria e existindo um saldo inicial de 4.355.716,06 Euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 5.064.150,91 Euros. Este saldo poder-se-á decompor em 4.173.442,46 Euros como saldo de operações orçamentais e 890.708,45 Euros como saldo de operações de tesouraria.

04.4.5 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

O limite de endividamento do Município de Odivelas, previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e na Lei n.º 83-C/2013, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014 (OE/2014), não foi excedido, tendo gerado fluxos financeiros que permitiram fazer face às responsabilidades assumidas.

Relativamente à evolução da dívida bancária nos anos 2012 a 2014, constatando-se que, o total amortizado do início ao final do período, em 2012 foi de 3.718.313,62 Euros (- 13,0%) e em 2014 foi de 4.957.990,65 Euros (-19,0%).

04'5 MUNICIPALIA, E.M.

Foi aprovada, na 17.ª Sessão Extraordinária da AMO, realizada a 16 de outubro 2014, a proposta de Dissolução da empresa municipal "Municipália - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, E.M." e o Plano de Internalização da sua Atividade, nos termos constantes na Proposta n.º 14/PRES/2014, datada de 29 de setembro de 2014, remetida pela Senhora Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, aprovada na 6.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 3 de outubro de 2014, (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 19/2014, de 7 de outubro, página 18 a 20), bem como nos termos da Proposta remetida pela Senhora Presidente com o n.º 17/PRES/2014, por força do disposto nos Artigos 61.º a 66.º, n.º 2 e n.º 5 do Artigo 70.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

05' EVOLUÇÃO FUTURA DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Relativamente às entidades incluídas no perímetro de Consolidação, o Município de Odivelas pretende avançar com o processo de internalização da empresa Odivelas Viva, tendo como objetivo a extinção da parceria público-privada.

Tal situação a ocorrer tem por base a manutenção dos equipamentos construídos (Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola Básica da Amoreira) na esfera pública, quer em termos da propriedade dos equipamentos quer na gestão dos mesmos.

Esta situação poderá trazer vantagens significativas, designadamente em termos da redução dos encargos financeiros, estando em curso contactos para a concretização deste desiderato.

No respeitante aos SIMAR- Loures/Odivelas, o Município pretende continuar a garantir serviços públicos de qualidade em qualquer das áreas de negócio prosseguidas pelos referidos Serviços Intermunicipalizados.

Tendo em conta que as taxas de cobertura dos referidos serviços é praticamente integral no Concelho de Odivelas, pretende-se atingir uma maior qualidade em termos de distribuição da água de consumo, bem como assegurar um adequado saneamento no que respeita às águas residuais.

Quanto à recolha e transporte dos resíduos urbanos é um setor considerado estratégico e com necessidade de um maior investimento, atendendo nomeadamente, às características próprias do território municipal.

06' ACONTECIMENTO APÓS ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não são conhecidos factos após a data do encerramento do exercício que tenham impactos materialmente relevantes nas Demonstrações Financeiras agora apresentadas.

07' PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido Consolidado do Exercício atribuído à Entidade Mãe, no montante de 1.730.916,65 Euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Balanço Consolidado



CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

BALANÇO CONSOLIDADO 2014

DATA: 31-12-2014

(euros)

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2014	2013	2014	2013
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
	IMOBILIZADO:				
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
451	Terrenos e recursos naturais	11.535.846,91	0,00	11.535.846,91	12.804.580,40
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	59.431.244,33	23.774.768,27	35.656.476,06	23.061.289,55
455	Bens de património histórico, artístico e cultural	23.000,00	6.900,00	16.100,00	17.250,00
459	Outros bens de domínio público	3.183.896,79	1.092.127,39	2.091.769,40	2.244.397,69
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	107.277,83
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		74.173.988,03	24.873.795,66	49.300.192,37	38.234.795,47
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	210.399,19	208.026,08	2.373,12	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	945.689,30	818.022,92	127.666,38	6.255,81
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	135.292,54
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.156.088,49	1.026.049,00	130.039,50	141.548,35
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos Naturais	46.977.081,89	0,00	46.977.081,89	46.545.330,27
422	Edifícios e outras construções	148.272.512,57	31.853.640,51	116.418.872,06	105.130.904,61
423	Equipamento básico	15.039.562,46	13.432.031,73	1.607.530,73	511.928,74
424	Equipamento de transporte	6.959.692,33	6.026.776,10	932.916,23	223.143,69
425	Ferramentas e utensílios	334.125,50	311.928,42	22.197,08	8.907,00
426	Equipamento administrativo	4.957.561,91	3.684.592,37	1.272.969,54	1.102.760,64
427	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2.136.203,61	1.975.733,55	160.470,06	148.112,88
442	Imobilizações em curso	465.599,13	0,00	465.599,13	436.505,34
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		225.142.339,40	57.284.702,68	167.857.636,72	154.107.593,17
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
411	Partes de capital	1.556.106,44	0,00	1.556.106,44	1.354.500,00
412	Obrigações e títulos de participação	3.078.068,01	0,00	3.078.068,01	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		4.634.174,45	0,00	4.634.174,45	1.354.500,00
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	235.980,43	0,00	235.980,43	109.948,46
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	2.857,20	0,00	2.857,20	11.247,53
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		238.837,63	0,00	238.837,63	121.195,99
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:				
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	9.116,33	0,00	9.116,33	162.793,17
212	Contribuintes, c/c	2.056.757,36	0,00	2.056.757,36	2.305.536,55
213	Utentes, c/c	11.968.496,38	8.256.162,89	3.712.333,49	62.566,73
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.066.608,21	3.066.608,21	0,00	30.641,78
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	1.004,62
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1.183,39	0,00	1.183,39	20.037,33
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	2.587.123,61	801.259,62	1.785.863,99	2.672.233,33
		19.689.285,29	12.124.030,72	7.565.254,57	5.254.813,51
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
12	Depósitos em instituições financeiras	7.824.649,48	0,00	7.824.649,48	4.528.132,36
11	Caixa	59.579,65	0,00	59.579,65	3.374,42
		7.884.229,14	0,00	7.884.229,14	4.531.506,78
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	4.450.506,10	0,00	4.450.506,10	6.231.930,16
272	Custos diferidos	212.821,47	0,00	212.821,47	242.955,76
		4.663.327,57	0,00	4.663.327,57	6.474.885,92
	Total de Amortizações		83.184.547,34		
	Total de Provisões		12.124.030,72		
	Total do Activo	337.582.270,00	95.308.578,06	242.273.691,94	210.220.839,19

BALANÇO CONSOLIDADO 2014

CODIGO DAS CONTAS	FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	2014	2013
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	318.430.575,44	318.430.575,44
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	2.538.758,46	1.498.615,94
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	1.476.403,80	
575	Subsídios		
576	Doações	32.353,99	32.353,99
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	184.553,27	
	Diferenças de Consolidação	5.616.949,64	
59	Resultados transitados	-180.729.113,68	-209.664.674,75
88	Resultado líquido do exercício - Atribuição à Entidade Mãe	1.730.916,65	6.218.185,40
	Interesses Minoritários	83.529,59	-363.860,92
	Total dos fundos próprios	149.364.927,15	116.151.195,10
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	3.328.768,41	2.561.812,35
		3.328.768,41	2.561.812,35
	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
2312	Empréstimos M/L Prazo	40.675.570,97	46.486.090,57
		40.675.570,97	46.486.090,57
	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
2311	Empréstimos de curto prazo	741.513,71	1.017.237,72
269	Adiantamentos por conta de vendas	1.462,32	1.462,32
221	Fornecedores, c/c	6.017.249,36	10.271.027,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.556.573,40	2.289.740,57
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	328.773,27	495.238,80
2613	Fornecedores de imobilizado c/ caução	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	965.145,22	734.920,24
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+268	Outros credores	4.033.848,94	962.983,02
2613+262+263+265+266+268	Outros credores de Operações Não Orçamentais	531.730,88	602.626,37
		15.176.297,10	16.375.236,64
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de custos	9.179.103,76	6.745.025,83
274	Proveitos diferidos	24.549.024,55	21.901.478,70
		33.728.128,30	28.646.504,53
	Total do passivo	92.908.764,79	94.069.644,09
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	242.273.691,94	210.220.839,19

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Demonstração de Resultados Consolidado



CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

Demonstração de Resultados Consolidada

DATA: 31-12-2014

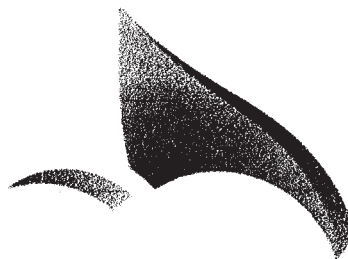
(euros)

Codigo de Contas		Exercicio			
		2014		2013	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	727.458,30		22.549,82	
	Matérias	110.914,12	838.372,42	201.672,07	224.221,89
62	Fornecimentos e serviços externos:		18.446.959,81		17.686.907,83
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	18.386.394,37		18.728.523,02	
643 a 649	Encargos sociais	5.198.195,49	23.584.589,86	4.620.915,29	23.349.438,31
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		4.517.142,04		5.386.576,41
66	Amortizações do exercício		6.156.448,76		4.250.407,23
67	Provisões do exercício		878.299,84		341.877,50
65	Outros custos operacionais		646.726,02		473.333,56
	(A)		55.068.538,74		51.712.762,73
68	Custos e perdas financeiros		2.234.660,01		1.642.847,31
	(C)		57.303.198,75		53.355.610,04
69	Custos e perdas extraordinários		5.144.261,29		2.323.838,03
	(E)		62.447.460,04		55.679.448,07
	Interesses Minoritários		307.390,51		-120.428,97
	Resultado líquido de exercício - Atribuição à entidade mãe		1.730.916,65		6.218.185,40
88	Resultado líquido de exercício com interesses minoritários		2.038.307,16		6.097.756,43
	(X)		64.485.767,20		61.777.204,50
	PROVEITOS E GANHOS				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	0,00		23.514,91	
7112+7113	Venda de produtos	1.344.574,28		78.863,00	
	(B)				
712	Prestação de Serviços	4.737.667,28	6.082.241,56	1.987.367,48	2.089.745,39
	()		6.082.241,56		2.089.745,39
72	Impostos e taxas		30.355.757,33		30.307.462,96
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade	128.575,60			
73	Proveitos suplementares	8.462,68		33.965,25	
74	Transferências e subsídios obtidos	20.971.828,46	21.108.866,74	21.474.294,68	21.508.259,93
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		552.161,46		3.383,51
	(B)		58.099.027,09		53.908.851,79
78	Proveitos e ganhos financeiros		4.663.377,99		6.637.675,13
	(D)		62.762.405,09		60.546.526,92
79	Proveitos extraordinários		1.723.362,11		1.230.677,58
	(F)		64.485.767,20		61.777.204,50
Resumo:		2014		2013	
	Resultados Operacionais: (B - A)	3.030.488,35		2.196.089,06	
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	2.428.717,98		4.994.827,82	
	Resultados Correntes: (D - C)	5.459.206,34		7.190.916,88	
	R. líquido consolidado de exercício - Atribuível à entidade mãe	1.730.916,65		6.218.185,40	
	R. líquido consolidado do exercício com interesses Minoritários	2.038.307,16		6.097.756,43	

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidado



CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

**NOTAS AO
BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS
CONSOLIDADO**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial sugerida na orientação do subgrupo de apoio técnico na aplicação POCAL (SATAPOCAL).

1 – NOME E SEDE DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

Entidade Consolidante: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Nº de funcionários em 31/12/2014 1171 (2013: 1196)

Participada: ODIVELAS VIVA, S.A detida a 49% pelo Município de Odivelas, consolidada pelo método integral.

Com a aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, presume-se a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Uma vez existirem situações enquadráveis na alínea e), acima, em 2014 (e 2013) a consolidação do Município de Odivelas inclui a empresa Odivelas Viva, S.A., pelo método de consolidação integral, tendo sido apresentados os interesses não controlados numa linha autónoma dos Capitais Próprios.

Participada: SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas

Consolidada pelo método proporcional – 43% que corresponde à % que o Município de Odivelas partilha dos lucros e dos prejuízos.

Tendo em conta que a sua constituição, com a entrada do Município de Odivelas, ocorreu em 7 de outubro de 2014, serão consolidados os resultados, na proporção de 43%, do período compreendido entre 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 2014.

Participada: MUNICIPALIA – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, E.M – Em liquidação

Não foi consolidada pelo método integral. O valor da participação consta da conta de investimentos financeiros, pelo valor de realização já que se aguarda a liquidação para se proceder à extinção deste activo. O valor desta participação encontra-se provisionado a 100%.

No balanço consolidado estão considerados nos investimentos financeiros a participação financeira na SIMTEJO, S.A., detendo-se 3,5% do Capital Social e da ValorSul, S.A., na qual detém 0,54%.

Estas participações encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

2 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Não existem participações excluídas da consolidação.

3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

3.1 – Situações em que o resultado do exercício fosse afetado

Nada a reportar.

3.2 – Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Os dados comparativos apresentados nas Demonstrações Financeiras reportados a 31 de Dezembro de 2013 não incluem os SIMAR já que integram pela primeira vez em 2014.

Em 2014 foi integrado no consolidado do Município de Odivelas os SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, os quais foram constituídos em 7 de Outubro de 2014.

Pelas deliberações das Câmaras Municipais de Loures e Odivelas, de 24 de setembro de 2014, e deliberações das Assembleias Municipais de Loures e Odivelas de 30 de setembro de 2014, foi aprovada a criação e o respetivo regulamento dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos do Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR).

Em 07 de outubro de 2014, foi publicado o Aviso nº 11181/2014, na 2ª Série do Diário da República, que cria os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR).

Transitaram para os SIMAR de Loures e Odivelas, todos os direitos e obrigações, posições e situações jurídicas tituladas e detidas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures.

De acordo com o regulamento dos SIMAR o controlo desta entidade passa a ser conjunto entre o Município de Loures e o Município de Odivelas, sendo os SIMAR gerido por um Conselho de Administração presidido alternadamente pelos Presidentes dos Municípios, composto por um Presidente e dois vogais, ao qual compete dirigir os SIMAR com vista à prossecução das atribuições definidas no regulamento.

O Acordo de Gestão celebrado entre o Município de Loures e o Município de Odivelas, estabelece que o Município de Odivelas é responsável por 43 % das perdas ou resultados positivos dos serviços intermunicipalizados.

Com esta alteração o Grupo Municipal de Odivelas vai integrar no exercício de 2014 as contas dos SIMAR na proporção de 43% no balanço reportado a 31 de Dezembro de 2014 e de 43% dos resultados gerados no período compreendido entre 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 2014.

Por outro lado, a consolidação de 2014 não inclui a Municpália, EM, já que a mesma se encontra em processo de liquidação para futura internalização.

Em Junho de 2014 a Câmara de Odivelas foi intimada pela Inspeção Geral de Finanças para proceder à dissolução da empresa, dado que se encontrava em incumprimento com o disposto no n.º 1 do artigo 62º da Lai n.º 50/2012.

Desta forma, foi decidido pelo Município a dissolução da empresa com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2014, procedendo-se à internalização das atividades desenvolvidas pela empresa.

Em 1 de Novembro de 2014 a empresa entrou em liquidação.

3.3 – Comparabilidade com o ano de 2013

Durante o exercício de 2013 foi concluído o processo de reconciliação do inventário com registos prediais e matriciais, bem como com a informação disponível na DGOU relacionados com processos de cedência de terrenos dos vários alvarás emitidos do Município. Este trabalho foi desenvolvido pelo Gabinete de Gestão Patrimonial e de Administração Geral do Município, do qual resultaram ajustamentos na conta de Resultados Transitados, com o efeito líquido negativo de 59.214.611 Euros.

Em 2014 foi efetuado o levantamento por parte da DGOU das cedências / construções resultantes dos alvarás existentes, tendo para o efeito sido identificados montantes que foram corrigidos no módulo de património.

Para os bens em que não foram identificados os montantes de construção / cedências e os respetivos autos de receção, foram desvalorizados para zero.

O efeito destas situações nas contas de Imobilizado e Fundos Patrimoniais foi um incremento de 13.883.890 Euros.

Foi decisão do Município proceder-se à constituição de uma Comissão de Avaliação, a qual terá como objetivo, designadamente, efetuar uma correta valorização para os bens que atualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no POCAL para este efeito, ou seja:

- Custo de aquisição ou custo de produção (ponto 4.1.1 do POCAL).
- Valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos da lei (ponto 4.1.4 do POCAL).
- Avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens (ponto 4.1.4 do POCAL).
- Valor zero (ponto 4.1.4 do POCAL).

Por outro lado, durante o exercício de 2014 foram realizadas diversas regularizações por parte dos SIMAR nos seus bens de imobilizado em curso, subsistindo ainda registos com alguma antiguidade em que não foi possível efetuar a devida regularização e o registo das respetivas amortizações, devido a desfasamentos temporais entre a conclusão física da obra e a inerente comunicação aos serviços financeiros.

Não é ainda possível obter o levantamento de toda a rede de ramais dos SIMAR e a sua valorização.

Assim, das situações acima identificadas irão resultar alterações nas rubricas de Terrenos e de Outras Construções e Infraestruturas e respetivas Amortizações Acumuladas e do Exercício, bem como nas rubricas dos Fundos Próprios.

4 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**4.1 – MOVIMENTOS DE ELIMINAÇÃO**

Foram as seguintes as eliminações efetuadas em 2014 para efeitos de consolidação:

ODIVELAS VIVA:

ELIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
68	Custos e Perdas Financeiras		
68.4.3	49% Odivelas Viva	24.500,00	C
	Interesses Minoritários	25.500,00	C
51	Capital		
511	Capital Social 49%	24.500,00	D
511	Capital Social 51%	25.500,00	D
ELIMINAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
62	FSE's	1.815.498,03	C
76	Outros Provedores Operacionais	1.815.498,03	D
ELIMINAÇÃO DE ACTIVO LIQUIDO			
4221	Edifícios e Outras Construções	37.141,23	C
59	Resultados Transitados	2.971,30	C
6621	Edifícios e Outras Construções (Amortizações)	37,14	C
59	Resultados Transitados	37.141,23	D
4822	Edifícios e Outras Construções (Amortizações)	3.008,44	D
RECALCULO DAS AMORTIZAÇÕES DOS EDIFÍCIOS			
59	Resultados Transitados	1.741.009,30	C
6621	Edifícios e Outras Construções (Amortizações)	21.762,61	C
4821	Edifícios e Outras Construções	816.098,13	C
4821	Edifícios e Outras Construções	1.762.771,91	D
6621	Edifícios e Outras Construções (Amortizações)	272.032,71	D
59	Resultados Transitados	544.065,42	D
RECALCULO DAS AMORTIZAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS			
6626	Equipamentos Administrativos	239,59	D
4821	Equipamentos Administrativos	319,42	D
4821	Equipamentos Administrativos	239,59	C
6621	Equipamentos Administrativos	319,42	C
ELIMINAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS DA PARTE DE CAPITAL			
	Interesses Minoritários	140.000,00	C
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	140.000,00	D
INTERESSES MINORITARIOS			
	Interesses Minoritários	81.970,41	D
88	Resultado Líquido	307.390,51	D
59	Resultados Transitados	389.360,92	C

SIMAR:**ELIMINAÇÃO DA FATURACÃO DOS SIMAR**

62	FSE's	324.415,86	C
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	143.444,72	C
69	Custos e Perdas Extraordinárias	14.400,93	C
711	Vendas de Mercadorias	343.080,19	D
712	Prestação de Serviços	107.926,48	D
72	Impostos e Taxas	4.600,99	D
79	Proveitos e Ganhos Extraordinárias	26.653,85	D

ELIMINAÇÃO DA FATURACÃO DA CMO

72	Impostos e Taxas	127.824,59	D
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	2.021.023,77	D
79	Proveitos e Ganhos Extraordinárias	73.628,62	D
62	FSE's	1.994.643,72	C
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	26.380,06	C
68	Custos e Perdas Financeiras	99.875,12	C
69	Custos e Perdas Extraordinárias	87.294,70	C
79	Proveitos e Ganhos Extraordinárias	14.283,40	C

ELIMINAÇÃO DOS SALDOS

22.1	Fornecedores, c/c	50.366,46	D
22.8	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	35.073,59	D
27.3	Acréscimos de custos	176.673,83	D
27.1	Acréscimos de Proveitos	337.328,39	C
27.3	Acréscimos de custos	337.328,39	D
21.3	Utentes, c/c	262.113,88	C

4.2 – MOVIMENTOS DE RECLASSIFICAÇÃO

Foram as seguintes as reclassificações efetuadas em 2014 para efeitos de consolidação:

ODIVELAS VIVA:

RECLASSIFICAÇÃO PARA RESULTADOS EXTRAORDINARIOS E FINANCEIROS			
	CMO		
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	29.678,94	D
68	Custos e Perdas Financeiras	941.650,23	D
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.888,78	D
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.498,74	C
	ODIVELAS VIVA		
62	Fornecimentos e Serviços Externos	174.191,37	C
69	Ganhos e Perdas de Financiamento	767.458,86	C
68.1	Impostos	29.678,94	C
68.8	Outros Gastos e Perdas	1.888,78	C
78.8	Outros Rendimentos e Ganhos	2.498,74	D
RECLASSIFICAÇÃO PARA RESULTADOS OPERACIONAIS			
	CMO		
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1.819.548,21	C
	ODIVELAS VIVA		
78.7	Rendimentos e Ganhos em Inv. Não Financeiros	1.819.548,21	D
RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVO BRUTO			
	CMO		
42.6	Equipamento Administrativo	525.765,13	D
48.2.6	Equipamento Administrativo (amortizações)	193.181,62	C
	ODIVELAS VIVA		
42.2	Mobiliário e Equipamento diverso	524.806,76	C
43.5	Equipamentos Administrativos	958,37	C
4282	Mobiliário e Equipamento diverso (Amortizações)	192.862,20	D
438	Equipamentos Administrativos (Amortizações)	319,42	D

4.3 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

No caso da Odivelas Viva, S.A. o Município entrou na sua constituição, não existindo diferenças de consolidação.

Por outro lado, nos SIMAR, não existe valor de participação em investimentos financeiros.

Contudo, a entrada do Município de Odivelas nos Serviços ocorreu na data da sua constituição, ou seja em 7 de Outubro de 2014. Assim, a demonstração de resultados foi consolidada apenas no período compreendido entre 7 de Outubro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Desta forma, os resultados líquidos apurados antes da data da constituição dos SIMAR estão relevados como Diferença de Consolidação, nos Fundos Próprios, no valor de 443.167,20 euros.

4.4 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.

5 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FINANCIAMENTO DE MÉDIO E LONGOS PRAZOS

5.1 – FINANCIAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

ENTIDADE	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	SALDO EM 31.12.2014	PREVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS PARA O PRÓXIMO ANO		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS REMUNERATORIOS	TOTAL
Caixa Geral de Depósitos (Município)	53.081.752,98	17.008.695,94	2.990.420,42	100.718,24	3.091.138,66
Caixa Geral de Depósitos (Odivelas Viva)		741.513,71	741.513,71		
Caixa Geral de Depósitos (Odivelas Viva)	22.592.000,00	19.675.814,24	632.625,00	913.906,00	1.546.531,00
Banco Português de Investimento	10.628.875,00	2.512.394,92	707.646,48	16.229,83	723.876,31
Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana	1.976.457,00	1.478.665,87	79.764,48	21.099,34	100.863,82
TOTAL	88.279.084,98	41.417.084,68	5.151.970,09	1.051.953,41	5.462.409,79

Os financiamentos obtidos até 31 de Dezembro de 2014 resultam, essencialmente, para o financiamentos de:

- Construção dos edifícios da Escola EB1 da Ramada;
- Construção do Pavilhão Multiusos de Odivelas, no âmbito dos contratos assinados entre a Instituição Financiadora e a Sociedade.

A 31 de Dezembro de 2014, a Dívida com os Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo totaliza 41.417.084,68 Euros, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de 5.151.970,09 Euros.

5.2 – Endividamento consolidado

Mapa demonstrativo da capacidade do endividamento consolidado, a 31 de dezembro de 2014

Demonstração do cálculo dos limites da dívida total consolidada para 2014		MONTANTE - euros
1	Receita corrente bruta em 2011	57.496.362,71
2	Reembolsos e restituições pagas em 2011	463.653,35
3	Receita corrente líquida em 2011	57.032.709,36
4	Receita corrente bruta em 2012	57.331.676,26
5	Reembolsos e restituições pagas em 2012	298.089,41
6	Receita corrente líquida em 2012	57.033.586,85
7	Receita corrente bruta em 2013	54.881.468,77
8	Reembolsos e restituições pagas em 2013	630.624,42
9	Receita corrente líquida em 2013	54.250.844,35
10	Média da Receita corrente líquida cobrada em 2011/2012/2013	56.105.713,52
11	Limite da dívida total	84.158.570,28
Situação da dívida total consolidada a 31 de Dezembro de 2014		MONTANTE - euros
1	Total das dívidas a terceiros de médio e longo prazo de operações orçamentais	20.999.756,73
2	Total das dívidas a terceiros de curto prazo de operações orçamentais	8.073.783,49
3	Total da dívida de operações orçamentais	29.073.540,22
4	Total da dívida das entidades participadas de operações orçamentais	26.122.333,42
5	Total da dívida de operações orçamentais	55.195.873,64
Situação face aos limites		MONTANTE - euros
Dívida total - margem		28.962.696,64

6 – FLUXOS FINANCEIROS ELIMINADOS NO CONSOLIDADO

Foram os seguintes os Fluxos Financeiros eliminados para efeitos de preparação do Mapa Consolidado dos Fluxos de Caixa:

FLUXOS	PAGAMENTOS		RECEBIMENTOS		CONSOLIDADO
	MUNICÍPIO	ODIVELAS VIVA	MUNICÍPIO	ODIVELAS VIVA	
OP. Tesouraria		35.910,51		30.083,22	-5.827,29
Receitas Correntes		-35.910,51		-30.083,22	5.827,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

7.1 – Odivelas Viva, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2014 os seus Capitais Próprios da empresa apresentam-se positivos em 29.274 euros. A empresa apresentou um plano plurianual de investimento, o qual foi já submetido à Inspeção Geral de Finanças (IGF) para apreciação, conforme estabelece o n.º 5 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, onde contempla um período de investimento e o período em que conseguirá reverter os prejuízos desse investimento.

A IGF pronunciou-se sobre este pedido, já em 2015, referindo que em 2014 a empresa deveria apresentar os RL positivos sob pena da aplicação do artigo 61º da Lei 50/2012, o qual prevê que a empresa venha a ser extinta ou a participação social alienada no caso de se verificar o 3º ano consecutivo de RL negativos.

Nesta conformidade, o Município pretende efetuar a internalização da atividade da empresa adquirindo a totalidade da participação social detida pelo parceiro privado (51%) decorrendo conversações nesse sentido.

7.2 – Compromissos financeiros

Em 18 de setembro de 2009 foi celebrado contrato de constituição de um direito de superfície de 2 imóveis do Município pelo prazo de 25 anos a favor da empresa. Este contrato tem como finalidade a conceção, implementação, desenvolvimento, construção, manutenção, conservação e exploração de Escola do Ensino Básico do 1º ciclo e jardim-de-infância do Casal dos Apréstimos e de um Pavilhão Municipal de Odivelas. Nesse mesmo contrato, o Município aceitou tomar de arrendamento ambos os imóveis a construir, pelo prazo de 23 anos e 6 meses mediante o pagamento de rendas. Para a concretização destes projetos, a ODIVELASVIVA, S.A contraiu junto da CGD um financiamento até ao montante de 22,592 milhões de Euros, bem como um financiamento de apoio à tesouraria de 500.000,00 Euros. Como garantia do financiamento, e tal como referido no contrato, foi entregue à CGD uma Carta Conforto emitida pelo Município e hipotecados os direitos de superfície supram identificados, abrangendo todas as construções e benfeitorias que existam e venham a existir nos prédios.

O contrato de arrendamento do Pavilhão Multiusos foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 1.064.450,04 euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Quanto à escola EB1 / JI do casal dos Apréstimos, o contrato de arrendamento foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 680.550 euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

8 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

Imobilizações

As imobilizações estão registadas da seguinte forma:

1. Na primeira instância as imobilizações encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de construção. Na impossibilidade de aplicação deste valor, foram adotados os seguintes métodos:
 - Valor patrimonial tributário;
 - valor de €3,00/m2 com base na Deliberação de Câmara de 17/01/2007, ponto 9, para terrenos:
 - valor de € 492,00/m2 com base na Portaria 16-A/2008, de 9 de janeiro, para construção;
 - valor de € 570,30/m2 com base na Portaria 1529-A/2008, de 26 de dezembro, para habitação social;
 - valor zero quando os critérios acima descritos não sejam exequíveis.
2. Existem ainda bens imóveis que estão reconhecidos ao justo valor, reportado a 19/12/2008, cuja avaliação foi efetuada por perito independente, existindo relatórios de avaliação a suportar os referidos montantes.

As imobilizações em curso estão registadas ao custo de aquisição ou de produção durante a sua fase de construção. Não existe incorporação do custo em empréstimos e a sua transferência para imobilizado concluído depende do recebimento do auto de receção provisória.

Investimentos Financeiros

As participações refletidas no balanço consolidado estão reconhecidas ao custo de aquisição, conforme estabelecido no POCAL.

Existências

As Existências estão registadas ao custo de aquisição, incluindo o IVA não dedutível, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros estão reconhecidas ao valor nominal. No final do período foram analisadas as dívidas de forma a avaliar a existência de problemas de recuperabilidade.

Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades estão reconhecidos ao valor nominal.

Especialização de Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

A construção de ramais de água e saneamento financiada pelos clientes, é diferida em função da vida útil dos mesmos.

Subsídios ao Investimento

São relevados em proveitos diferidos os montantes dos subsídios ao investimento cujas candidaturas já se encontram aprovadas na proporção dos custos incorridos em cada projeto (% acabamento) sendo relevados em dívidas a receber a parte ainda não recebida e para as quais existe já fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Estes montantes são reconhecidos em Proveitos Extraordinários na proporção das amortizações dos respetivos bens.

Subsídios à Exploração

São contabilizados na conta de Subsídios à exploração atendendo ao grau de execução dos custos que subsidia, sendo reconhecidos em conta a receber os montantes para as quais existe já fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Amortizações

As amortizações do Grupo estão contabilizadas com base nas taxas previstas na Portaria n.º 671/2000 – CIBE. O método de cálculo das amortizações é a das quotas constantes, o qual é homogéneo com o da participada.

As taxas utilizadas foram as seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização (intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento

continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Provisões

As Provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a processos judiciais em curso e a perdas em valores a receber.

Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património
- Provisões das dívidas a receber
- Provisões para riscos e encargos
- Estimativa de Férias e Subsidio de Férias
- Proveitos a receber de projetos participados

- Subsídios a receber de terceiras entidades
- Taxas a receber de terceiros.

9 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

9.1 – FINANCIAMENTOS OCORRIDOS NO ATIVO IMOBILIZADO E AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

As taxas médias de depreciação do Património são as seguintes:

42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

O mapa de variação do Patrimônio é o seguinte:

ATIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Trsf	Saldo final
Bens de Domínio Público								
Terrenos e recursos naturais	12.804.580,40	-572.158,43	0,00	0,00	-696.575,06	0,00	0,00	11.535.846,91
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e Infra-estruturas	32.520.157,01	25.597.412,43	270.104,63	0,00	1.043.570,26	0,00	0,00	59.431.244,33
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
Outros bens de domínio público	3.183.896,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.183.896,79
Imobilizações em curso	107.277,83	0,00	0,00	0,00	-107.277,83	0,00	0,00	0,00
	48.638.912,03	25.025.254,00	270.104,63	0,00	239.717,37	0,00	0,00	74.173.988,03
Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	201.167,09	0,00	0,00	0,00	9.232,10	0,00	0,00	210.399,19
Propriedade industrial e outros direitos	759.078,90	0,00	51.317,86	0,00	135.292,54	0,00	0,00	945.689,30
Imobilizações em curso	135.292,54	0,00	0,00	0,00	-135.292,54	0,00	0,00	0,00
	1.095.538,53	0,00	51.317,86	0,00	9.232,10	0,00	0,00	1.156.088,49
Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	46.973.158,89	-817,00	0,00	0,00	4.740,00	0,00	0,00	46.977.081,89
Edifícios e outras construções	147.547.485,26	78.149,88	53.967,80	0,00	592.909,63	0,00	0,00	148.272.512,57
Equipamento básico	14.813.329,79	0,00	267.765,96	0,00	0,00	-41.533,29	0,00	15.039.562,46
Equipamento de transporte	6.696.890,50	0,00	271.448,23	0,00	0,00	-8.646,40	0,00	6.959.692,33
Ferramentas e utensílios	326.349,84	0,00	8.786,95	0,00	0,00	-1.011,29	0,00	334.125,50
Equipamento administrativo	4.685.804,23	0,00	286.336,86	0,00	2.620,30	-17.199,48	0,00	4.957.561,91
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	2.099.075,80	0,00	31.267,71	0,00	8.074,74	-2.214,64	0,00	2.136.203,61
Imobilizações em curso	826.798,17	0,00	496.095,10	0,00	-857.294,14	0,00	0,00	465.599,13
	223.968.892,49	77.332,88	1.415.668,61	0,00	-248.949,47	-70.605,11	0,00	225.142.339,40
Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	1.354.500,00	0,00	201.606,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.106,44
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	3.078.068,01	0,00	0,00	0,00	0,00	3.078.068,01
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.354.500,00	0,00	3.279.674,45	0,00	0,00	0,00	0,00	4.634.174,45
Total	275.057.843,05	25.102.586,88	5.016.765,55	0,00	0,00	-70.605,11	0,00	305.106.590,38

AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO		ABATES	REGULARIZAÇÕES	AJUSTAMENTOS	SALDO FINAL
	31.12.2013	Ano	Anos anteriores			DE CONSOLIDAÇÃO	
De Bens de Domínio Público:							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	9.458.867,46	3.019.727,33	12.626.848,61	0,00	-1.330.675,13	0,00	23.774.768,27
Bens património histórico, artístico e cultural	5.750,00	1.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.900,00
Outros bens de domínio público	939.499,10	152.628,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.127,39
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.404.116,56	3.173.505,62	12.626.848,61	0,00	-1.330.675,13	0,00	24.873.795,66
De Imobilizações Incorpóreas:							
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	196.957,31	11.068,76	0,00	0,00	0,00	0,00	208.026,08
Propriedade Industrial e outros direitos	751.104,60	67.234,79	0,00	0,00	-316,46	0,00	818.022,92
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	948.061,91	78.303,55	0,00	0,00	-316,46	0,00	1.026.049,00
De Imobilizações Corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	29.946.490,21	2.934.309,43	0,00	0,00	-77.476,91	-949.682,22	31.853.640,51
Equipamento básico	13.015.013,65	451.911,79	0,00	0,00	-34.893,71	0,00	13.432.031,73
Equipamento de transporte	5.901.638,49	133.784,01	0,00	0,00	-8.646,40	0,00	6.026.776,10
Ferramentas e utensílios	302.698,67	10.241,04	0,00	0,00	-1.011,29	0,00	311.928,42
Equipamento administrativo	3.265.024,58	436.847,10	0,00	0,00	-17.199,48	-79,83	3.684.592,37
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.908.696,16	69.252,03	0,00	0,00	-2.214,64	0,00	1.975.733,55
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	54.339.561,76	4.036.345,41	0,00	0,00	-141.442,43	-949.762,05	57.284.702,68
De Investimentos Financeiros:							
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 2014 foi efetuado o levantamento por parte da DGOU das cedências / construções resultantes dos alvarás existentes, tendo para o efeito sido identificados montantes que foram corrigidos no módulo de património.

Para os bens em que não foram identificados os montantes de construção / cedências e os respetivos autos de receção, foram desvalorizados para zero.

O efeito destas situações nas contas de Imobilizado e Fundos Patrimoniais foi um incremento de 13.883.890 Euros.

9.2 – DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

As dívidas a terceiros reportados a 31 de Dezembro de 2014 são as seguintes, apresentadas por exigibilidade:

DÍVIDAS A TERCEIROS	Curto Prazo	Medio/Longo Prazo	TOTAL
Fornecedores C/C	4.491.797,61	1.525.451,75	6.017.249,36
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2.556.573,40	0,00	2.556.573,40
Fornecedores de Imobilizado C/C	328.773,27	0,00	328.773,27
Adiantamentos por conta de vendas	1.462,32	0,00	1.462,32
Financiamentos Bancários	741.513,71	40.675.570,97	41.417.084,68
Estado e Outros Entes Públicos	965.145,22	0,00	965.145,22
Outros Credores	4.565.579,82	0,00	4.565.579,82
TOTAL	13.650.845,35	42.201.022,72	55.851.868,07

A rubrica de fornecedores c/c compreende saldos em dívida à data de 31 de Dezembro 2014, dos quais se destacam:

- Acordo celebrado em 28 de Dezembro de 2012, com a SIMTEJO, S.A., do qual se encontra em dívida 2.545.027,06 Euros, dos quais 1.019.575,31 Euros são para liquidar no curto prazo e o remanescente, no montante de 1.525.451,75 Euros a médio e longo prazo.
- Cedência de Créditos da SIMTEJO, S.A., à Caixa Geral de Depósitos, cuja dívida em 31 de Dezembro de 2014 é de 1.854.984,62 Euros, dos quais 645.284,27 Euros são para liquidar no curto prazo e o remanescente, no montante de 1.209.700,35 Euros a médio e longo prazo;
- EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A, no montante de 99.046,46 Euros;
- CM Loures - no montante de 665.798 Euros;
- EPAL, S.A. – no montante de 1.056.523 Euros.

Na rubrica “Fornecedores – Faturas em receção e conferência”, os principais saldos que decompõem o montante em aberto a 31 de Dezembro de 2014, são os seguintes:

- SIMTEJO, S.A., no valor de 867.027,75 Euros;
- UNISELF, S.A., no valor de 186.410,41 Euros;

- EDP Universal, S.A – 134.016,39 Euros;
- ADSE – 102.065,33 Euros;
- CM Loures – 29.365 Euros;
- ValorSul, S.A. – 217.626 Euros.

A rubrica de Fornecedores de Imobilizado refere-se essencialmente, a dívidas referentes a empreitadas e obras, destacando-se as seguintes:

- NOVEDUC, S.A., no montante de 90.405 Euros;
- OAPM, S.A., no montante de 63.057,60 Euros;

O saldo da rubrica Outros Credores, no montante de 4.455.940,84 Euros, respeita essencialmente ao seguinte montante em dívida:

- Fundo de Apoio Municipal – 3.078.068,01 Euros;

9.3 – REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O valor consolidado das vendas e prestações de Serviços, repartido por categoria de atividade é o seguinte:

	VENDAS	PRESTAÇÃO SERVIÇOS	TOTAL
Água	1.252.253,64	763.909,38	2.016.163,02
Saneamento	0,00	1.824.468,29	1.824.468,29
Resíduos Sólidos	0,00	1.341.474,71	1.341.474,71
Trabalhos por conta de particulares	0,00	11,08	11,08
Produtos acabados e intermédios	28.801,64	0,00	28.801,64
Subprodutos, Desperdícios, resíduos e Refugos	63.519,00	0,00	63.519,00
Serviços Recreativos	0,00	10.845,00	10.845,00
Serviços Culturais	0,00	45.563,64	45.563,64
Serviços Desportivos	0,00	229.762,15	229.762,15
Cemitérios	0,00	96.387,84	96.387,84
Parques de Estacionamento	0,00	52.072,72	52.072,72
Habitação Social	0,00	211.020,24	211.020,24
Outras Prestações de Serviços	0,00	162.152,24	162.152,24
	1.924.574,08	4.737.667,28	6.082.041,36

9.5 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Codigo das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Codigo das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	1.409.695,90	1.461.220,81	781	Juros obtidos	32.184,82	5.258,12
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	4.531.872,24	6.498.347,71
684	Provisões para aplicações financeiras	649.639,37	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	99.265,64	134.069,30
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos P.P Concedidos	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	55,29	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	175.324,74	181.626,50	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS		2.428.717,98	4.994.827,82				
		4.663.377,99	6.637.675,13			4.663.377,99	6.637.675,13

Os resultados financeiros resultam essencialmente da constituição de provisões para as aplicações financeiras – participação na Municpália (empresa em processo de liquidação) e da empresa Odivelas Viva uma vez apresentar capitais próprios negativos.

O montante reconhecido na rubrica 783 – Rendimentos de Imóveis, no valor de 6.552.896,01 Euros, resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º 437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável – conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas.

Na conta 784 está refletida a estimativa dos dividendos a atribuir pela SIMTEJO ao Município de Odivelas, que detém 3.5% do seu capital social (98.031,72 euros) e da Valor Sul, cuja participação é de 0,54%, no valor de 1.233,92 euros.

O montante refletido na rubrica na rubrica 688 – Outros custos e perdas financeiras resulta de custos com serviços bancários.

9.6 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proventos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	4.079.841,68	2.216.463,13	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	469.805,19	0,00	793	Ganhos em existências	6.466,29	3.177,24
694	Perdas em imobilizações	135,36	38.044,66	794	Ganhos em imobilizações	47.839,47	0,00
695	Multas e penalidades	251,73	25,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	751.326,33	219.860,85
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	54.135,55	177.250,34
697	Correções relativas a exercícios anteriores	566.450,34	49.018,66	797	Correções relativas a exercícios anteriores	53.439,92	74.631,13
698	Outros custos e perdas extraordinários	27.776,98	20.286,58	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	780.041,81	755.758,02
				799	Reposições não abatidas nos pagamentos	30.112,74	0,00
	RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	-3.420.899,18	-1.093.160,45				
		1.728.860,00	1.090.677,88			1.728.860,00	1.090.677,88

As correções relativas a exercícios anteriores, na vertente dos custos, são relativas ao reconhecimento de dívida dos Ex-SMAS de Loures (279 milhares de euros) e 192 milhares de euros de devoluções a entidades do Município como Bombeiros e Associações Locais, cujos protocolos tinham sido autorizados em anos anteriores.

Do montante relevado em Outros proveitos extraordinários, cerca de 1.345 milhares de Euros refere-se à transferência da rubrica de Proveitos Diferidos relativos a subsídios ao investimento, na proporção das respetivas amortizações dos bens.

As reposições não abatidas nos pagamentos, no valor de 205 milhares de euros resultam de faturação que não é reconhecida na atividade operacional.

A regularização de existências de mercadorias referentes a perdas de água é contabilizada em Perdas de Existências.

9.7 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES

Os movimentos na rubrica de provisões são os seguintes:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	10.975.624,73	1.202.541,55	54.135,55	12.124.030,72
292 - Provisões para riscos e encargos	3.147.274,74	181.493,67	0,00	3.328.768,41
39- Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49- Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.122.899,47	1.384.035,22	54.135,55	15.452.799,14

As provisões para cobrança duvidosa registadas têm por base 100% do valor das dívidas constantes na conta

21.8 – Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

O valor acumulado de provisões para riscos e encargos constituídos até 2014 respeita a riscos e encargos associados a processos judiciais onde o Grupo Municipal é réu.

Nos SIMAR, face à análise da listagem dos processos em Tribunal remetida pela Consultoria Jurídica da Câmara Municipal de Loures e dos advogados consultores dos SIMAR Loures e Odivelas, constatou-se a existência de processos em Contencioso, os quais quer pelo seu valor indemnizatório ser materialmente relevante, assim como pela contingência do seu encargo, foram objeto de reforço de Provisões para Riscos e Encargos via ajustamento contabilístico no montante total de 422.078,31Euros (nas contas individuais dos SIMAR). No consolidado, o valor considerado foi de 181.494 Euros.

9.8 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS

O custo das vendas a 31 de Dezembro de 2014 é o seguinte:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAS PRIMAS, SUBSIDIARIAS E DE CONSUMO
32/36 - Existências Iniciais	2.857,20	263.652,65
312/316 - Compras	5.513.837,89	348.173,13
38 - Regularizações de Existências	2.059.280,55	10.273,08
32/36 - Existências Finais	2.857,20	235.980,43
612/616 - Custo do Exercício	0,00	32.438,56
CMV/MC = EI-C+/-REG-EF	3.454.557,34	386.118,42

As matérias primas dizem respeito, essencialmente, à água. Embora de natureza não material, não é considerado no stock a 31 de dezembro o valor da água que se encontra nos reservatórios.

Nota 10 – Outra informação relevante

10.1 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS

SALDOS DEVEDORES	2014	2013
271 - Acréscimos de Proveitos		
Juros a Receber	150,22	313,53
Outros Acréscimos de Proveitos	4.450.355,88	6.231.616,63
Sub - Total	4.450.506,10	6.231.930,16
272 - Custos Diferidos		
Assistência Técnica	979,39	1.773,89
Seguros	20.153,98	86.537,46
Outros Custos Diferidos	191.688,10	154.644,41
Sub - Total	212.821,47	242.955,76
TOTAL	4.663.327,57	6.474.885,92

Em Acréscimos de Proveitos, os principais movimentos considerados neste saldo são:

- Especialização da receita do SIMAR relativo a Novembro e Dezembro de 2014 – 784.484,62 Euros;
- Valores a Receber da DREL para pagamento a pessoal não docente – 562.457,92 Euros;
- Especialização dos Impostos Diretos – 874.318,74 Euros;
- Estimativa de Receita Lisboa Gás relativa a taxa de ocupação de via pública – 375.517 Euros;
- Estimativa de água, tarifas de águas residuais e tarifas de resíduos sólidos cuja faturação ocorreu em 2015 mas cujos períodos de consumo são de 2014.

Na rubrica Outros Custos diferidos foram contabilizadas Rendas de instalações e de Habitação social, pagas antecipadamente.

SALDOS CREDORES	2014	2013
273 - Acréscimos de Custos		
Seguros a Liquidar	0,00	38.086,13
Remunerações a Liquidar	3.683.785,28	2.804.142,56
Juros a Liquidar	512.518,53	262.636,39
Assistência Técnica	0,00	56.241,80
Outros Acréscimos de Custos	4.982.799,95	3.583.918,95
Sub - Total	9.179.103,76	6.745.025,83
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	24.484.892,50	21.736.111,93
Outros Proveitos Diferidos	64.132,05	165.366,77
Sub - Total	24.549.024,55	21.901.478,70
TOTAL	33.728.128,31	28.646.504,53

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui essencialmente:

- 3.683.785 Euros de remunerações e os respetivos encargos s/remunerações, referente a Férias e subsídio de Férias a liquidarem em 2015;
- 512.518,53 Euros de juros a liquidar, relativos aos custos de financiamento a reconhecer em 2014 associados ao serviço da dívida de médio e longo prazo;
- 5.457.793 Euros relativos a outros custos incorridos em 2014, cuja fatura só deu entrada nos Serviços em 2015.

Na conta 27.4 – Proveitos Diferidos, estão incluídos os subsídios para investimento, no montante de 24.484.892 Euros, atribuídos à autarquia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, os quais estando associados a ativos, são reconhecidos na conta “79.8.3 – Proveitos e ganhos extraordinários – transferências de capital”, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens subsidiados.

10.2 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO	2014	2013
Clientes C/C	9.116,33	162.793,17
Contribuintes C/C	2.056.757,36	
Multas, Coimas e Outras Penalidades	13.116,80	12.134,52
Loteamento e Obras	1.984.046,45	2.293.192,69
Ocupação da Via Pública	59.384,77	
Outros	209,34	209,34
Utentes C/C	11.968.496,39	
Serviços Específicos das Autarquias	2.188,24	2.531,10
Rendas e Aluguers	88.629,39	60.035,63
Outros Utentes	1.677.583,88	
Utentes de água	2.442.854,13	
Utentes de Saneamento	4.647.695,51	
Utentes de Resíduos Sólidos	3.109.545,24	
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.066.608,21	30.641,78
Adiantamentos a Fornecedores		1.004,62
Estado e outros entes públicos	1.183,39	
IVA a recuperar	1.183,39	1.183,39
Pagamentos especiais por conta		18.853,94
Outros Devedores	2.587.123,61	2.672.233,33
TOTAL	19.689.285,29	5.254.813,51

O saldo da rubrica Contribuintes c/c, no montante de 2.056.757,36 Euros, refere-se aos valores devidos ao Município de aplicação de coimas e custas de processos de contra-ordenação e de loteamento de obras.

O saldo devedor com os Utentes c/c corresponde às receitas devidas a rendas de habitação social e alugueres de pavilhões desportivos (96.462,13 Euros) e dos clientes dos SIMAR em dívida (liquido de provisão, no valor de 3.877.985 Euros).

O saldo de Outros Devedores respeita, essencialmente, ao seguinte:

- Verbas a receber da DREL - 628.051,59 Euros;
- Às rendas devidas pela empresa EDP – Serviço Universal, S.A no âmbito do contrato de concessão no montante de 482.640,97 Euros;
- 372.411,63 Euros – verbas a receber de projetos participados;
- 435.835 Euros de saldos que se encontram em processo de regularização.

10.3 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO FUNDO PATRIMONIAL

FUNDO PATRIMONIAL	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	318.430.575,44			318.430.575,44
55- Ajustamentos de parte de capital		140.000,00	140.000,00	0,00
57.1 - Reservas Legais	1.498.615,94	1.040.142,52		2.538.758,46
57.4 - Reservas Livres	0,00	1.476.403,80		1.476.403,80
57.6 - Doações	32.353,99			32.353,99
57.7 - Reservas decorrentes de transferências de ativos		184.553,27		184.553,27
Diferença de Consolidação		443.167,20		443.167,20
59.1 - Resultados Transitados provenientes de resultados líquidos (CMO)	34.924.318,14	6.218.185,40		41.142.503,54
59.1 - Resultados Transitados provenientes de resultados líquidos (Município)	-176.175,60	176.175,60		0,00
59.1 - Resultados Transitados provenientes de resultados líquidos (Odivelas Viva)	-527.317,55	137.956,63		-389.360,92
59.2 - Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património	-244.420.819,18	25.102.586,88	11.218.696,57	-230.536.928,87
59.2 - Regularizações efetuadas aos projetos participados	-296.428,87			-296.428,87
59 - Ajustamentos de Consolidação	831.748,31	1.743.980,60	581.206,65	1.994.522,26
59 - Alteração perímetro de Consolidação		12.706.537,21	176.175,60	12.530.361,61
88 - Resultado Líquido Consolidado sem IM	6.218.185,40	1.730.916,65	6.218.185,40	1.730.916,65
Interesses Minoritários	-363.860,92	447.390,51		83.529,59
TOTAL	116.151.195,10	51.547.996,27	18.334.264,22	149.364.927,15

Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

- Incremento na conta 57.1 – Reservas Legais, no montante de 300.079 Euros, em resultado da aplicação dos resultados de 2013;
- Incremento da conta Reservas Livres, no montante de 244.048 Euros, pela aplicação dos Resultados Líquidos dos SMAS de Loures para Investimentos;
- Incorporação de 5.221.320 Euros do Resultados Líquidos do exercício de 2013, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;
- Diminuição na conta 59.2 – Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património, no montante de 13.883.890,31 Euros.

O valor apresentado em 'Diferenças de Consolidação' corresponde a 43% dos resultados líquidos apurados antes da data da constituição dos SIMAR (7 de Outubro de 2015), no valor de 443.167,20 euros.

Assim, a demonstração de resultados consolidada tem apenas 43% da performance económica dos SIMAR do período compreendido entre 7 de Outubro e 31 de Dezembro de 2014.

10.4 – CONTAS DE ORDEM – GARANTIAS E CAUÇÕES (MOVIMENTOS DO ANO)

DESAGREGAÇÃO DAS CONTAS DE ORDEM	SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Garantias e cauções	25.011.485,51	1.743.071,69	8.806.849,51	1.398.702,62	17.420.143,22	1.929.567,09
Cauções de Empreitadas	568.771,84	1.611.346,84	426.324,67	534.639,78	490.591,55	1.797.842,24
Cauções de Prestações de Serviços	8.950,19	96.375,06	625,29	0,00	8.324,90	96.375,06
Garantias Bancárias	23.805.659,89	0,00	8.376.899,55	862.712,84	16.291.473,18	0,00
Outros	203.630,96	35.349,79	3.000,00	1.350,00	205.280,96	35.349,79
Recibos para Cobrança	424.472,63	0,00	0,00	0,00	424.472,63	0,00
TOTAL	25.011.485,51	1.743.071,69	8.806.849,51	1.398.702,62	17.420.143,22	1.929.567,09

10.4 – DESDOBRAMENTO DO SALDO DE ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2014
Retenção de Imposto sobre o rendimento	244.219,74
Iva a pagar	58.995,18
Imposto sobre o rendimento	40.098,32
Caixa Geral de Aposentações	331.096,24
ADSE	42.226,14
Segurança Social	248.234,97
Serviços de Assistência Médica	112,95
Outras Contribuições	161,68
TOTAL	965.145,22

10.5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Processos em curso

No âmbito do apoio à instalação de novos municípios, definida na Lei 142/85 e na Lei 48/99, o Município de Odivelas peticionou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária à Presidência do Conselho de Ministros no montante de 18.319.767,91 Euros.

PMP

O Prazo Médio de Pagamentos do Município é de 152 dias (2013: 197 dias).

Investimentos Financeiros

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 (no montante de 440 milhares de euros), através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconiza o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, refletido na conta de Outros

Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

Interesses Minoritários

Odivelas Viva, S.A.

O Conselho de Administração do acionista MRG – Engenharia e Construção, S.A. deliberou converter uma parte do atual crédito de 205.700,00 euros detido pela MRG em Prestações Suplementares de Capital no montante de 140.000,00 euros.

Este valor está incluído na rubrica de Interesses Minoritários.

Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados

Recebimentos				
	Ano 2014		Ano 2013	
Saldo Gerência Anterior				
Execução orçamental	3.544.578,65		2.076.510,81	
Operações de Tesouraria	<u>986.928,13</u>	4.531.506,78	<u>969.320,38</u>	3.045.831,19
Alteração no Perímetro de Consolidação	2.037.829,65		84,25	
Saldo Gerência Anterior		6.569.336,43		3.045.915,44
Receitas				
Correntes	87.652.755,97		55.892.187,56	
Capital	1.041.712,53		4.132.024,83	
Outras	<u>38.539,76</u>	88.733.008,27	<u>444,10</u>	60.024.656,49
Operações de Tesouraria		6.248.593,74		5.369.963,05
Total		101.550.938,44		68.440.534,98
Pagamentos				
Despesas				
Correntes	73.782.128,62		45.922.858,58	
Capital	<u>13.576.718,51</u>	87.358.847,12	<u>12.633.814,32</u>	58.556.672,90
Operações de Tesouraria		6.300.897,19		5.352.355,30
Alteração Perímetro Consolidação		6.964,99		
Saldo Gerência Seguinte				
Execução orçamental	6.949.604,46		3.544.578,65	
Operações de Tesouraria	<u>934.624,69</u>	7.884.229,14	<u>986.928,13</u>	4.531.506,78
Total		101.550.938,44		68.440.534,98

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Certificação Legal de Contas Consolidado



CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Odivelas**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 242.273.692 euros e um total de fundos próprios consolidados de 149.364.927 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível à entidade mãe de 1.730.917 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, o Mapa consolidado dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Presidente do Município a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada do Grupo, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.º 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Presidente do Município, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. No ano de 2014 foi decidido pelo Município desconsiderar as valorizações que tinham sido efectuadas para os Terrenos e Outras Construções e Infra-estruturas aquando da inventariação inicial e para os quais não havia informação anterior sobre custos de construção / cedência e respectivos autos de recepção, através da análise dos alvarás, bem como actualizar os bens para os quais foi possível obter essa informação.
Esta situação originou um incremento na conta de Resultados Transitados, no montante de 13.883.890 euros.
Irá ser constituída em 2015 uma Comissão de Avaliação, a qual terá como objectivo, designadamente, efectuar uma correta valorização para os bens que actualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no POCAL para este efeito.
Deste trabalho de valorização poderão resultar alterações nas rubricas de Terrenos e de Outras Construções e Infra-estruturas e respectivas Amortizações Acumuladas e do Exercício, bem como nas rubricas dos Fundos Próprios (Património e Resultados Transitados), cujos montantes não conseguimos quantificar nesta data.
8. A Certificação Legal de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR) foi emitida por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, datada de 23 de Março de 2015, a qual apresenta as seguintes limitações de âmbito, que poderão ter impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas:
- 8.1. Não se encontra actualmente reflectido nas contas dos SIMAR o efeito da aplicação da Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei 12/2008), que foi estimada em 20.698 milhares de euros, sendo necessário um ajustamento líquido de 1.073 mil euros. Por outro lado, estão reflectidos 436 milhares de euros na rubrica de outros devedores os quais se encontram em processo de análise e reconciliação, não tendo sido possível desagregar esse montante por entidade para se proceder às respectivas regularizações.
- 8.2. Não se encontra reflectido no activo imobilizado todo o valor da rede de ramais, existindo diversos bens que estão a ser alvo de regularização por se encontrarem registados em duplicado no Município de Loures e nos SIMAR. Desta forma, não foi possível validar o saldo desta rubrica. Na data de emissão da Certificação Legal de Contas dos SIMAR não foi disponibilizado aos respectivos auditores por parte da CM Loures o registo actualizado dos bens na conservatória do registo predial, inviabilizando a análise da titularidade dos bens.
- 8.3. Durante os últimos anos têm sido efectuados procedimentos de regularização de saldos e imobilizado com o Município de Loures, tendo sido adoptado como critério para registo do imobilizado o valor que constava nas contas da entidade que transferiu os bens, conforme previsto no POCAL. Porém, e dado que os bens transferidos incluem cedências no âmbito de operações de loteamento, cujo critério de valorização discordamos por ser efectuado com base na tabela de taxas e licenças e não pelos critérios previstos no POCAL, poderão ser necessários ajustamentos ao valor transferido e que à data não são possíveis de quantificar.
9. A comparticipação dos ramais pelos utentes é actualmente diferida em função da vida útil dos equipamentos. Porém, atendendo a natureza obrigatória dessa comparticipação, deveria ser a mesma reconhecida como proveitos no momento em que é recebido. Encontram-se assim os Resultados Transitados subvalorizados em 7.485 mil euros, os Proveitos Diferidos sobreavaliados em 7.120 mil euros e o resultado líquido sobreavaliado em 364 mil euros.

Opinião

10. Em nossa opinião, e excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse as limitações descritas nos parágrafos n.º 7 e 8 acima, e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo n.º 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Odivelas** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

12. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o seguinte:
- 12.1. Na rubrica de empréstimos de médio e longo prazo do Balanço, cerca de 5.592.968 euros são para liquidar no curto prazo.
Por outro lado, na rubrica de Fornecedores encontra-se relevado uma dívida à Caixa Geral de Depósitos, no valor de 2.468.862 euros (2012: 3.052.860 euros) decorrente de um contrato de cedência de dívida vencida à SIMTEJO. Deste montante, 613.877 euros (2012: 584 mil euros) são para pagar no curto prazo e o remanescente no médio e longo prazo.
- 12.2. Encontra-se relevado no activo do Grupo, na rubrica de Obrigações e Títulos de Participação, cerca de 3.078 milhares de euros relativos à aplicação da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, na qual está estabelecida a obrigatoriedade dos Municípios entrarem no capital social do Fundo de Apoio Municipal, através da subscrição e realização de Unidades de Participação.
Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 (no montante de 440 milhares de euros), através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.
Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconiza o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, reflectido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

- 12.3. Na rubrica de Fornecedores encontram-se relevadas dívidas à Caixa Geral de Depósitos, no valor de 1.855 milhares de euros e à SIMTEJO, no valor de 2.545 milhares de euros, dos quais 1.665 milhares de euros são para pagar no curto prazo e 2.735 milhares de euros no médio e longo prazo.
Da dívida relativa a empréstimos bancários, no valor de 25.958 milhares de euros (2013: 25.958 milhares de euros), cerca de 3.778 milhares de euros são para liquidar no curto prazo (2013: 4.960 milhares de euros)
- 12.4. Os SIMAR foram constituídos em 7 de Outubro de 2014, sendo este o primeiro exercício que entram no perímetro de consolidação do Município de Odivelas, na proporção de 43% do seu balanço e 43% dos resultados obtidos no período compreendido entre 7 de Outubro e 31 de Dezembro de 2014. Desta forma, os dados financeiros apresentados nas Demonstrações Financeiras de 2013 não contemplam esta entidade.

Lisboa, 17 de Junho de 2015



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Célia Maria Pedro Custódio (ROC n.º 1286)